



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/AM  
DEPARTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GESTÃO DE UNIDADES  
DE CONSERVAÇÃO – DEMUC/SEMA  
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JUMA**

**PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2016.1107.00024-2 – RDS DO JUMA**

**OBJETIVO:** Contratação de consultor especializado para a revisão do Volume 2 do Plano de Gestão.

**UNIDADE GESTORA:** Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) / Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)

**Manaus, 12 de setembro de 2016**



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

**POA:** 2016/2017

**Tarefas:** Contratação de serviços de pessoa física.

**Evento:** Termo de Referência para a contratação de serviço de consultoria de pessoa física para elaborar atualização/revisão do volume 2 do Plano de Gestão da RDS do Juma e seu Resumo Executivo.

**Projeto:** 02.01.16 - RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JUMA

**Subprojeto:** 02.01.16.30 - Plano de Manejo

Atividade: 02.01.16.30.50.178 - Revisão do plano de manejo

Tarefa: 02.01.16.30.50.178.287 - ATUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ZONEAMENTO DA UC

## **1. CONTEXTO**

A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas tropicais remanescentes. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km<sup>2</sup> – formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ainda, a Amazônia possui uma imensa riqueza biológica e cultural com populações tradicionais e indígenas de longa tradição no convívio com a floresta.

Reconhecendo esta importância estratégica da Amazônia, o Governo Federal em parceria com doadores e organizações da sociedade civil, criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) através do Decreto N° 4.326 de 08 de agosto de 2002, preconizando a proteção de amostras representativas da biodiversidade amazônica de forma a garantir a integridade de suas paisagens e recursos genéticos, contemplando a participação das comunidades nas estratégias de ação.



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa ARPA é implementado por meio de uma parceria entre os Órgãos Gestores de UC, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Sua execução é financiada por recurso de orçamento público e por doadores brasileiros e internacionais.

Com o Programa ARPA, o Governo Brasileiro tem como meta apoiar a proteção de pelo menos 60 milhões de hectares de florestas na Amazônia, por meio da implementação de áreas protegidas já existentes e da criação e implementação de novas unidades, e com isso consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (RDS Juma), criada em 03 de julho de 2006, no Decreto nº 26.010, com área aproximadamente de 589.611,28 ha, localizada no Rio Madeira, Região Sul do Amazonas, no município de Novo Aripuanã. O acesso se dá por via fluvial ou aérea partindo de Manaus, e se distancia cerca de 227 km de Manaus em linha reta e 469 km via fluvial. O trecho Manaus-Novos Aripuanã pode ser feito através de embarcação tipo expresse (lança rápida) em no tempo aproximado de 10h e via aérea em 1h.

Em um Seminário de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira, realizado na cidade de Macapá em 1999, apresentou-se nas análises uma área, denominada polígono BX 049 localizada na bacia do rio Aripuanã, como de extrema importância para a conservação da biodiversidade. Com base nessa avaliação a SEMA realizou uma expedição de campo a região do rio Aripuanã no município de Novo Aripuanã com intenção de avaliar o potencial da área para a criação de uma



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

Unidade de Conservação, que resultou na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Juma.

Dentre as demais categorias de UC no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apresentam uma série de particularidades e diferenças. São áreas de domínio público, geridas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA) através do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC). São áreas que admitem a presença de populações residentes e têm como objetivo básico conservar a natureza, e ao mesmo tempo, assegurar as melhorias da qualidade de vida dos moradores através do manejo dos recursos naturais valorizando o conhecimento das populações tradicionais.

## **2. JUSTIFICATIVA**

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma foi criada através do Decreto nº 26.010 de 03 de julho de 2006 com objetivo de preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de qualidade e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente desenvolvidas pelas populações tradicionais, dentre outros.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) é o responsável pela gestão das Unidades de Conservação (UC) do Estado e segue as diretrizes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), o qual estabelece critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UC, conforme Lei Complementar Nº 53, de 05 de junho de 2007.



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

Com a finalidade de consolidar a estratégia de gestão, a SEMA está iniciando a fase de atualização do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (RDS do Juma). Localizada no município de Novo Aripuanã, a UC conta com aproximadamente 589.611 hectares.

### **3. PROPÓSITO DA CONTRATAÇÃO**

O objetivo geral deste Termo de Referência é a contratação de consultoria (Pessoa Física) para realizar a revisão do volume 2 do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma: para consolidar o relatório de execução do plano de gestão atual, moderar oficinas, e consolidar o planejamento junto à equipe de planejamento.

### **4. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO**

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da Equipe de Planejamento – EP para a revisão do Plano de Gestão, definida previamente pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação - DEMUC, juntamente com a equipe gestora da UC; as metodologias e estratégias apresentadas nos Roteiros Metodológicos disponíveis para Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estaduais; no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei no 9.985/00) e Lei Complementar nº. 53/2007 que o regulamenta o inciso V do artigo 230 da Constituição Estadual e institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Todos os produtos serão supervisionados e aprovados pela SEMA. A revisão do Plano de Gestão deverá considerar os estudos e documentos já existentes sobre a Unidade, como o Plano de Gestão vigente; planejamentos da UC e das Unidades de Conservação do Sul do Amazonas; e estudos e monitoramentos de efetividades da gestão realizados



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

para a UC. O consultor contratado deverá apresentar os produtos em versão preliminar, de modo a realizar as alterações solicitadas pela SEMA nos produtos apresentados, providenciando, a seguir, uma nova versão para análise pela EP para a revisão do Plano de Gestão. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida Equipe, a contratada deverá proceder às alterações até que o produto atenda o solicitado, constituindo assim a versão final.

## **5. ATIVIDADES PROPOSTAS**

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS do Juma serão desdobradas em 07 etapas, conforme consta abaixo:

### **5.1. Etapa 1 – Organização do Planejamento – OP e Reconhecimento de campo**

Participação de toda a equipe da SEMA e consultor contratado em Reunião de Organização do Planejamento, de 02 dias, na cidade de Manaus/AM, para apresentação do Plano de Trabalho para execução do objeto desse Termo de Referência, após 10 dias de assinatura do contrato.

Serão definidas e niveladas, com base em Macroprocessos, estratégias, metodologias, logística e cronograma das etapas de revisão do Plano, incluindo os diagnósticos, a ser incluído numa Matriz de Organização do Planejamento – MOP, conforme modelo a ser disponibilizado pela SEMA.

Ao final dessa etapa a contratada deverá solicitar autorização de pesquisa na SEMA.

**Produto 1:** Plano de Trabalho e Matriz de Organização do Planejamento (MOP) das atividades; e cronograma físico e financeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

## **5.2. Etapa 2 – Avaliação do Plano de Manejo em vigor e Monitoramento da gestão**

Realizar a análise do plano de gestão atual, incluindo uma avaliação da implementação do(s) planejamento(s) existentes no interstício 2010-2015. Esta avaliação deverá incluir a análise e atualização da proposta de planejamento estratégico e zoneamento existente para a revisão do plano de gestão da RDS do Juma. Em seguida, utilizando os métodos de avaliação de efetividade de gestão: RAPPAM e FAUC/ARPA, deverá ser realizada uma discussão sobre o grau de implementação da Unidade, a efetividade das ações nos últimos cinco anos, os pontos fortes e fracos, avanços e desafios para a gestão. Esta atividade deverá ser realizada em uma oficina de três dias de duração, em Novo Aripuanã.

**Produto 2:** Relatório contendo a avaliação do Plano de Gestão em vigor, planejamento estratégico atualizado e monitoramento da efetividade da gestão.

## **5.3. Etapa 3 – Realizar Oficinas Temáticas**

Realizar oficinas temáticas com os grupos de trabalho do conselho deliberativo da RDS do Juma e parceiros e comunidades, a fim de colher subsídios à proposta de planejamento estratégico, zoneamento e programas de gestão da UC. Serão pelo menos seis oficinas e 12 dias de atividades. O consultor será responsável pela condução das oficinas e relatoria. As oficinas poderão ocorrer na sede do município de Novo Aripuanã e na Reserva de Desenvolvimento do Juma. Com enfoque participativo, as oficinas deverão atender as especificidades regionais, sendo compatível, por exemplo, com os diferentes níveis e escolaridade dos grupos de interesse envolvidos. Os resultados da Oficina deverão ser consolidados em um relatório, incluindo a



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

descrição detalhada da Oficina: metodologia, objetivos do trabalho, número e opinião dos participantes (incluir fotos e, em anexo, a lista de presença assinada pelos participantes, indicando a instituição/comunidade que representam), resultados alcançados e produtos gerados.

Apresentar e validar com os conselheiros e parceiros da RDS do Juma o planejamento da UC e elaborar a matriz de colaboração institucional. O consultor deverá buscar o entendimento e consenso para a validação do planejamento, mas, havendo entendimento por parte da equipe gestora de que algum item é possível de mudança, este deverá registrar para realizar as modificações posteriormente.

**Produto 3:** Relatório das Oficinas Participativas temáticas e Relatório do Planejamento Participativo.

#### **5.4. Etapa 5 – Estruturação do Planejamento**

Com base nas orientações da SEMA, nos aspectos legais que recaem sobre a Unidade (Lei do SNUC e SEUC e demais regulamentos), no Diagnóstico da UC, na Avaliação do Plano de Gestão e nas Oficinas Participativas, estruturar o planejamento preliminar da Unidade de Conservação contendo os seguintes aspectos:

- **Missão da Unidade de Conservação**, com explicitação das funções ambientais e sociais mais relevantes de serem cumpridas pela UC;
- **Objetivos específicos da UC**, a partir do detalhamento da Missão da UC, com a inclusão dos diferentes atributos naturais e culturais protegidos pela UC, as funções ecológicas que desempenha e o papel da UC na sociedade;
- **Visão de futuro da UC**, com a explicitação da condição desejável de se obter no médio prazo, que potencialize o alcance da Missão e o cumprimento dos Objetivos Específicos da UC;





GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

- **Objetivos estratégicos da UC**, com a inclusão do mapa estratégico da Unidade evidenciando as declarações expressas do que se pretende realizar na UC nos próximos anos para se alcançar a Visão de Futuro e promover avanços no cumprimento de sua Missão e de seus Objetivos Específicos de Gestão;
- **Programas de gestão da UC**, reunindo as estratégias necessárias e apropriadas para que a UC alcance a sua Visão e avance no cumprimento dos seus Objetivos Estratégicos, da sua Missão e de seus Objetivos Específicos de Gestão. Deverá estar detalhado programa/plano de Proteção da UC, programa/plano de monitoramento ambiental dos indicadores ambientais da UC e programa/plano de avaliação da gestão;
- **Normas Gerenciais Gerais da UC**, com a definição das regras que irão presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais da UC.
- **Zoneamento da UC**, com a identificação e delimitação em mapa das diferentes zonas da UC, proposta de ZA e o estabelecimento de usos e normas diferenciadas para cada zona estabelecida, conforme seus atributos e objetivos de manejo.

Em seguida, encaminhar para análise por parte da EP, a versão preliminar do Planejamento da UC, e proceder às alterações/complementações solicitadas.

Participar de reunião para análise e consolidação do Planejamento preliminar da UC com a Equipe de Planejamento, a ocorrer em Manaus.

**Produto 4:** Versão preliminar do Planejamento da RDS do Juma

## **5.5. Etapa 6 – Entrega e aprovação da versão final do Plano de Gestão**

O consultor deverá consolidar o documento plano de gestão e editar. Entregar cópias digitais e impressas do Plano de Gestão, e seu



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

resumo executivo, para o órgão gestor (Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA), para a Unidade de Coordenação do Programa Arpa (UCP), e para o FUNBIO. Apresentar em reunião aberta o Plano de Gestão em sua versão final para o Conselho Deliberativo da RDS do Juma e parceiros. A versão final também estará disponível por 30 (trinta) dias no site da SEMA para acesso e considerações do público em geral.

**Produto 5:** Versão final do Plano de Gestão da RDS do Juma, e seu Resumo Executivo, em cópias digitais e impressas;

**Produto 6:** Relatório da reunião de apresentação do Plano de Gestão, registrando e sistematizando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo.

## **6. ABRANGÊNCIA**

O levantamento das informações deverá ser realizado em toda a RDS do Juma e entorno, conforme formulário aprovado pelo DEMUC.

Em campo, o(a) consultor(a) deverá desenvolver toda a metodologia prevista no Plano de Trabalho e justificar eventuais ajustes.

Os relatórios, Parcial e Final, que farão partes dos produtos, deverão compreender os objetivos e as ações solicitadas neste Termo de Referência (TDR) e em seu anexo, devendo ser apresentado com o nível de detalhe e linguagem adequada para a perfeita compreensão e entregue no prazo especificado no Plano de Trabalho, o qual não deverá ultrapassar o estabelecido neste TDR.

## **7. QUALIFICAÇÃO**



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

O consultor selecionado para executar os trabalhos acima descritos deverá apresentar os seguintes requisitos:

- Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou
- Ter trabalhos em elaboração de Plano de Gestão de Unidade de Conservação, formalmente comprovados por Anotação de Responsabilidade Técnica (se for Engenheiro, agrônomo ou biólogo) ou Contrato de Execução do Serviço (para as demais formações acadêmicas);
- Possuir trabalhos realizados em elaboração de diagnóstico socioeconômico e zoneamento em Unidade de Conservação na região Amazônica, formalmente comprovados por Anotação de Responsabilidade Técnica (se for Engenheiro, agrônomo ou biólogo) ou Contrato de Execução do Serviço;
- Ter experiência em moderação de eventos participativos com povos e comunidades tradicionais (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.);
- Possuir publicações realizadas em revista técnicas relacionadas ao tema.

## **8. FORMA DE APRESENTAÇÃO**

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (CD-ROM), gravados no formato Adobe PDF, assim como em três (03) vias originais, impressas em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas,



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar como na final, deverá observar as seguintes características:

- ✓ Programa: Word;
- ✓ Texto: Arial 12;
- ✓ Justificado;
- ✓ Páginas numeradas;
- ✓ Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- ✓ Tamanho A4 do papel;
- ✓ Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita - 2 cm cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- ✓ Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- ✓ Espaço de uma linha entre parágrafos;
- ✓ Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Os arquivos entregues deverão seguir os critérios para a elaboração de cartografia básica e de mapas temáticos. Os dados devem estar em sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude). Informações detalhadas dos seguintes dados deverão ser fornecidas em papel e em meio digital: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, entre outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

As reuniões a serem realizadas durante a elaboração do documento devem ser devidamente documentadas e registradas através de listas de presença, fotos e memórias de reuniões, a cargo da consultoria contratada.

Os produtos devem ser primeiramente entregues à EP, que fará a avaliação e aprovação dos produtos. Para aprovação dos produtos, a EP poderá indicar a necessidade de complementações e/ou alterações nos mesmos. A lista de toda a documentação e bibliografia consultada deverá ser disponibilizada à EP durante todo o processo.

Ao final de cada etapa deverá ser entregue, juntamente com os produtos, um banco de dados com todos os arquivos e documentos que o geraram (abertos e em pdf), e cópia das bibliografias disponíveis em formato digital.

A relação dos documentos de referência consultados deve ser listada de acordo com as recomendações da ABNT e os quadros e tabelas deverão especificar as fontes dos dados.

## **9. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO**

A execução da consultoria contratada para as atividades está estimada em no máximo 10 (dez) meses, mas a conclusão antecipada pode ser tolerada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela consultoria, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias, referidos do início do trabalho, em que serão entregues os produtos.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso).

| Nº | PRODUTOS   | VALOR | PRAZOS DE ENTREGA*                         |
|----|--|-------|--|
| 1  | Plano de Trabalho e Matriz de Organização do Planejamento (MOP) das atividades; e cronograma físico e financeiro.  | 0%    | Até 10 dias após a assinatura do contrato  |
| 2  | Relatório contendo a avaliação do Plano de Gestão em vigor, planejamento estratégico atualizado e monitoramento da efetividade da gestão.                        | 10%   | Até 45 dias após a assinatura do contrato  |
| 3  | Relatório das Oficinas Participativas Temáticas e Relatório da OPP.  | 30%   | Até 80 dias após a assinatura do contrato  |
| 4  | Versão preliminar do Planejamento da RDS do Juma   | 20%   | Até 115 dias após a assinatura do contrato |
| 5  | Versão final do Plano de Gestão da RDS do Juma, e seu Resumo Executivo, em cópias digitais e impressas; Relatório da reunião de apresentação do Plano de Gestão. | 20%   | Até 145 dias após a assinatura do contrato |
| 6  | Relatório do processo de revisão do plano de gestão da RDS do Juma.  | 20%   | Até 175 dias após a assinatura do contrato |

\* após a assinatura do contrato



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

Estão incluídos no custo acima a remuneração dos serviços prestados pelo consultor, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, devendo ser deduzidos no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

O consultor deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio e órgão gestor, em meio digital (e-mail ou CD), devidamente aprovados pelos gestores da Unidade de Conservação.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

#### **10. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL, INSTALAÇÃO E OUTRAS ESTRUTURAS LOGÍSTICAS FORNECIDAS PELO DEMUC/SEMA**

A SEMA, através do DEMUC prestará apoio ao Contratado na execução dos serviços ora contratados;

O deslocamento de Manaus ao Município de Novo Aripuanã/UC, alimentação, hospedagem, materiais de expediente, mapas e demais produtos para realização das atividades será de responsabilidade da SEMA/DEMUC. Porém, não é contemplado na consultoria o custeio de passagem aérea para deslocamento de consultor fora do trecho Manaus/Novo Aripuanã;

#### **11. SUPERVISÃO**

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo do DEMUC/SEMA. O contratado fornecerá ao DEMUC/SEMA todos os elementos necessários ao



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho do DEMUC/SEMA um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

O DEMUC/SEMA a Unidade de Coordenação Estadual do Projeto, a Unidade de Coordenação Geral do Projeto, e o financiador terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. O contratado fica obrigado a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

O contratado realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais ao DEMUC/SEMA, sempre que assim solicitado. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da consultoria.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade do DEMUC/SEMA. A consultoria fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho; essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado.

A aprovação final dos produtos descritos neste termo de referência é de responsabilidade e competência do DEMUC/SEMA, que pode solicitar





GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão.

## **12. DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para a SEMA, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual. Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização da SEMA.

## **13. SIGLAS E ACRÔNIMOS**

ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia

DEMUC – Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação

FAP – Fundo de Áreas Protegidas

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

MMA - Ministério do Meio Ambiente

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

TDR - Termo de Referência

UC - Unidade de Conservação

#### **14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMAZONAS. Governo do Estado. Roteiro para a Elaboração de Planos de Gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. - Manaus: SDS, 2006.

AMAZONAS. Governo do Estado. Estudo de Criação do Mosaico de Unidades de Conservação Matupiri\_Igapó Açu: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. - Manaus: SDS, 2006.

AMAZONAS. Governo do Estado. Decreto Nº 53, de 05 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. SEUC.

#### **Responsável pelo presente TDR:**

Shirlene Marinho Pereira – Monitora da UC – RDS do Juma – Fone: (92)  
99379-4681